

Eixo Capital



SAMANTA SALLUM (INTERINA)
samantasallum.df@cbnet.com.br

Renato Araujo/Câmara dos Deputados



“Eu e Michelle somos candidatas ao Senado”, afirma Bia Kicis em reação a avanço do Republicanos ao GDF

Não caiu bem, dentro do PL, a sinalização de aliança na chapa majoritária ao Governo do DF entre o PP de Celina Leão, o Republicanos, com a vaga de vice, e o MDB, com a do Senado. Nesse desenho, restaria apenas uma vaga ao Senado para o PL. A presidente do partido no DF, deputada federal Bia Kicis, expressou oposição a tal cenário. A filiação do secretário da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, ao Republicanos, com a indicação para ser vice de Celina, foi mal avaliada por Kicis. “Vejo essa movimentação de forma negativa. E o que posso afirmar é que o PL tem duas candidatas ao Senado: eu e Michelle”, disse à coluna. A deputada reafirmou que Michelle não sairá candidata ao GDF, e que quer apoiar Celina Leão.

Partido Liberal/PL Mulher



Partido confirma pré-candidatura de Gustavo Rocha a vice-governador

Enquanto isso, o Republicanos divulgou comunicado oficial, após a filiação de Gustavo Rocha: “Na ocasião, Rocha foi confirmado como pré-candidato a vice-governador na chapa liderada por Celina Leão (PP) para as eleições de 2026”. O presidente nacional do partido, Marcos Pereira, fez questão de participar pessoalmente do evento de filiação, na noite de terça-feira, em Brasília.

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Helio Montferre/Esp. CB/D.A.Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Mais adesões articuladas por Ibaneis

A injeção de nomes no Republicanos foi articulada pelo governador do DF, Ibaneis Rocha, que é do MDB, mas costura a aliança robusta entre ele, o PP e o Republicanos para 2026 e, assim, reforçar sua campanha ao Senado. Além de Gustavo Rocha, formalizaram filiação a deputada distrital Jane Klebia, o administrador de Taguatinga, Bispo Renato Andrade, o ex-deputado distrital Fernando Fernandes, entre outras lideranças políticas.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Alexandre de Moraes cobra explicações da Polícia Penal do DF

O ministro do STF não gostou do que considerou demora na saída de Jair Bolsonaro do hospital, quando ele foi realizar procedimento para retirar lesões da pele. Foram exatamente seis minutos em que Bolsonaro permaneceu no local, após o procedimento. Moraes quis saber por que o agentes penais não levaram o ex-presidente diretamente para o carro. É a Polícia Penal do DF que escolta e vigia os passos de Bolsonaro em cumprimento à prisão domiciliar.

AFP



Parada para comer

O esclarecimento foi dado: Jair Bolsonaro parou para se alimentar, pois estava em jejum.

Forma de fragilização

A situação foi criticada por Bia Kicis. “É muita perseguição. Ele não pode nem parar para comer. Tentam deixá-lo ainda mais debilitado. E o ministro ainda queria o nome dos agentes, para punir”, disse a deputada.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Bate-boca após aprovação da PEC da Blindagem

E ainda houve troca de ofensas entre Bia Kicis (PL/DF) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP). Tudo começou quando Sâmia criticou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e lembrou a condenação de Jair Bolsonaro. Ela ironizou o futuro do ex-presidente na prisão e disparou: “Fazem isso com o sorriso no rosto. Mas eu quero ver o sorrisinho no rosto de vocês, quando Bolsonaro começar a cumprir pena”. A fala irritou Bia Kicis, que respondeu chamando a outra deputada de “imunda”. E disse que Bolsonaro está sendo perseguido e desrespeitado diante dos problemas recentes de saúde. Sâmia rebateu: “Imunda é não dar vacina para o povo brasileiro durante a pandemia de covid-19”. O vídeo da confusão viralizou nas redes e foi destaque do site de notícias sobre celebridades de Léo Dias.

PEC da Bandidagem X PEC contra Chantagem

A polêmica PEC da Blindagem dividiu defensores e opositores em duas narrativas. Os que chamam de PEC da Bandidagem, por favorecer impunidade a parlamentares, e os que chamam de PEC contra a chantagem, que viria do STF com ameaça de inquéritos para ter controle sobre o Legislativo.

Constituição de 1988

Para evitar questionamento do STF, a Câmara dos Deputados optou por replicar o texto da Constituição de 1988, que previa a exigência de autorização prévia do Parlamento para abertura de ação penal contra seus integrantes. O texto, porém, não blinda de crimes no âmbito da internet, porque na época eles não existiam.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | RUBENS RORIZ E ROSSINI DIAS | REPRESENTANTES DA FEBRAFITE



Aponte a câmera para assistir a entrevista completa:

Previsão é de que a arrecadação aumente com a implantação da reforma tributária e a unificação de impostos

R\$ 2,5 bilhões a mais no caixa do DF

» WALKYRIA LAGACI*

O impacto da reforma tributária no Distrito Federal foi o tema do CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — de ontem. O programa recebeu Rubens Roriz, vice-presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita do DF (Aafit), e Rossini Dias, auditor fiscal da Receita do DF e diretor de

Assuntos Parlamentares da Febrafite. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida às jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes.

Quais os benefícios da reforma tributária para o Distrito Federal?

Rubens Roriz - Temos, aproximadamente, 3 milhões de consumidores. Ao unificar o ICMS e o ISS no novo tributo, que é o IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços), esses

consumidores passarão a pagar esse imposto, que virá para o DF. A estimativa é de que, quando o imposto estiver completamente implantado, a partir de 2033, haja um incremento de R\$ 2,5 bilhões no orçamento do Distrito Federal, que serão usados em benefício do povo de Brasília.

O que muda com a reforma tributária?

Rubens Roriz - A partir de 2026, começa a transição do sistema ICMS e ISS para o IBS, que é o Imposto sobre Bens e Serviços e o Imposto sobre Valor Agregado. Esse imposto impacta no bolso daquele cidadão que adquire seu produto ou que consome um serviço. Hoje, temos uma separação: ICMS para bem e ISS, para serviço. Já o IBS é aquilo que existe no mundo inteiro, o Imposto sobre Valor Agregado, ou seja, que considera bem e serviço a mesma coisa. A partir de 2026, o consumidor já sentirá uma pequena mudança. De maneira simbólica, na nota fiscal, 0,1% será para o IBS e 0,99%, para a CBS. O IBS será dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e a CBS, da União.

De que forma esse imposto pode gerar distribuição de recursos no país?

Guilherme Felix CB/DA Press



Rossini Dias - Com a reforma tributária e o IBS, toda tributação no país passa a ser destinada à unidade consumidora, a chamada tributação no destino. Atualmente, parte do tributo vai para o estado produtor e parte para o estado consumidor. Na medida em que todo esse recurso vai para o estado de destino, isso promove-se uma distribuição de renda no país, tão importante quanto a da Constituição de 1988, com a criação dos fundos de participação de estados e municípios. Naquela ocasião, a distribuição de renda se deu a partir do Imposto de Renda e do IPI. Agora, ela se dá a partir do Imposto sobre Consumo, o IBS. A característica fundamental dessa reforma é essa tributação totalmente no destino.

O que são as empresas noteiras e como a reforma conseguirá combatê-las?

Rossini Dias - A empresa noteira é uma erva daninha em todo o país, pois o sistema do ICMS possibilita que essa erva daninha cresça e se prolifere. Essas empresas são criadas para emitir nota fiscal e gerar crédito do ICMS. Quando se compra uma mercadoria, há um crédito. Quando se vende, parte desse crédito é usado nessa operação. Hoje, essas empresas noteiras conseguem vender um crédito de R\$ 1 milhão, por R\$ 100, por exemplo, o que lesa os cofres públicos com esse subterfúgio. A reforma tributária fere isso de morte, por que a empresa só terá um crédito de R\$ 1 milhão se ela pagar R\$ 1 milhão. Isso elimina uma sistemática altamente perniciosa para

a economia brasileira.

Fazer dois sistemas, um pelo novo IBS e outro pelo sistema antigo, pode causar muita confusão?

Rubens Roriz - Acreditamos que o sistema que o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) está elaborando, o Split Payment, vai minimizar parte desse problema. Esse sistema poderá ser usado na transição, no início de 2026. Quando o consumidor comprar um celular, por exemplo, o sistema vai calcular, automaticamente, as partes da empresa vendedora, da União, dos estados, do DF e dos municípios.

*Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90014/2025 – UASG 323028

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente Substituto de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrição de licenças de aplicativos, softwares e sistemas operacionais Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), com garantia de atualização das versões (Software Assurance), e para a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda pelo período de 12 meses, nos termos, condições e exigências estabelecidas em edital. A abertura da sessão será às 10:00, do dia 02/10/2025, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sites <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

GIAMPIERO CARDOSO NARGI

Gerente Substituto de Licitações e Controle de Contratos e Convênios